

## Participação de escolares no controle social: um relato de um projeto de extensão

Viviane Maria de Arantes<sup>1,2</sup>

Ilquilane Nascimento Soares<sup>1</sup>

João Francisco da Silva Neto<sup>1</sup>

Adrya Lúcia Peres Bezerra de Medeiros<sup>3</sup>

Francisco de Assis da Silva Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** O controle social envolve a participação do cidadão na gestão pública, onde este tem o poder de fiscalizar, monitorar e controlar as ações de uma Administração Pública. A participação de adolescentes como membro do controle social é restrita em cidades de maior porte, capitais e grandes regiões metropolitanas. Trata-se de um estudo retrospectivo com abordagem quantitativa. O objetivo das abordagens foram voltadas aos estudantes do ensino médio da rede pública, onde foi discutido a necessidade de formação de indivíduos críticos, reflexivos e atuantes. Com dados coletados dos arquivos do Projeto de Extensão de um centro universitário no agreste Pernambucano. Um total de oito escolas estaduais de referência do ensino médio onde 703 estudantes foram envolvidos no período do estudo. O presente estudo demonstra que os jovens identificam que a corrupção faz parte do cotidiano e que está disseminada na política e na sociedade em geral, entretanto não participam do controle social. A modernidade e o acesso cada vez mais rápido a todos os tipos de informação demonstram uma clara necessidade da rediscussão de um novo papel do estado, onde a população participa, sobretudo os jovens, de maneira mais efetiva da discussão de processos políticos.

**Palavras-chaves:** Controle Social, Participação Social, Cidadania, Corrupção, Jovens.

---

<sup>1</sup> Graduandos do Curso de Saúde Coletiva do Centro Universitário Tabosa de Almeida – Asces-Unita. Av. Portugal, 584, Bairro Universitário, Cep 55016-400- Caruaru - PE – Brasil.

<sup>2</sup> Centro Universitário Tabosa de Almeida – Asces-Unita. Av. Portugal, 584, Bairro Universitário, Cep 55016-400- Caruaru - PE – Brasil. [viviarante23@gmail.com](mailto:viviarante23@gmail.com) (autora para correspondência).

<sup>3</sup> Professores do Curso de Saúde Coletiva do Centro Universitário Tabosa de Almeida - Asces-Unita. [franciscosantos@asces.edu.br](mailto:franciscosantos@asces.edu.br)

## **Participation of schoolchildren in social control: an account of an extension project**

**Abstract:** Social control involves citizen participation in public management, where it has the power to supervise, monitor and control the actions of a Public Administration. The participation of adolescents as a member of social control is restricted in larger cities, capitals and large metropolitan regions. This is a retrospective study with a quantitative approach. The aim of the approaches was aimed at the high school students of the public network, where the need to train critical, reflexive and active individuals was discussed. With data collected from the archives of the Extension Project of a university center in agreste Pernambucano. A total of eight state high school reference schools where 703 students were enrolled in the study period. The present study demonstrates that young people identify that corruption is part of daily life and is widespread in politics and society in general. However, they do not participate in social control. Modernity and increasingly rapid access to all types of information, there is a clear need to re-discuss a new role of the state, where the population participates, especially the young, in a more effective way of discussing political processes.

**Key-words:** Social Control, Social Participation, Citizenship, Corruption, Youth.

## **Participación de escolares en el control social: un relato de un proyecto de extensión**

**Resumen:** El control social involucra la participación del ciudadano en la gestión pública, donde éste tiene el poder de fiscalizar, monitorear y controlar las acciones de una Administración Pública. La participación de adolescentes como miembro del control social está restringida en ciudades de mayor porte, capitales y grandes regiones metropolitanas. Se trata de un estudio retrospectivo con abordaje cuantitativo. El objetivo de los enfoques se dirigió a los estudiantes de enseñanza media de la red pública, donde se discutió la necesidad de formación de individuos críticos, reflexivos y actuantes. Con datos recogidos de los archivos del Proyecto de Extensión de un centro universitario en el agreste Pernambucano. Un total de ocho escuelas estatales de referencia de la escuela secundaria donde 703 estudiantes participaron en el período del estudio. El presente estudio demuestra que los jóvenes identifican que la corrupción forma parte de lo cotidiano y que está diseminada en la política y en la sociedad en general. Sin embargo, no participan en el control social. La modernidad y acceso cada vez más rápido a todos

los tipos de información, hay una clara necesidad de la rediscusión de un nuevo papel del estado, donde la población participa, sobre todo los jóvenes, de manera más efectiva de la discusión de procesos políticos.

**Palavras-chave:** Control Social, Participación Social, Ciudadanía, Corrupción, Jóvenes.

## **Introdução**

A sociedade civil é o lugar onde se processa a articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas. Ela expressa a luta, os conflitos e articula, contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais. Por isso, concebê-la sem o corte classista, como não contraditória, homogênea e articuladora de instituições indiferenciadas, “tende a minimizar a percepção dos conflitos sociais e do seu papel na transformação social” (CORREA, et al, 2010).

O controle social envolve a participação do cidadão na gestão pública, onde este tem o poder de fiscalizar, monitorar e controlar as ações de uma Administração Pública. É uma importante ferramenta de força da cidadania que contribui para aproximar a sociedade do Estado, abrindo a oportunidade de os cidadãos acompanharem as ações dos governos e cobrarem com uma boa gestão pública para uma melhor condição de vida (ANGÉLICO, 2012).

Em meados dos anos 2010 foi aprovada a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que garante maior transparência na administração pública, assegurando o direito de acesso à informação, fomentando mudança na cultura de transparência e buscando promover o aumento do controle social sobre a administração pública.

Diversos são os membros da sociedade que podem atuar no controle social. O jovem faz parte do grupo populacional mais vulnerável à violência e ao desemprego, sobretudo em momentos de crises econômicas ou situações de instabilidades políticas (WAISELFISZ, 2015). A participação de adolescentes como membro do controle social é restrita em cidades de maior porte, capitais e grandes regiões metropolitanas. As pautas de discussão e construção de debates muitas vezes estão associadas a temas recorrentes, como gratuidade no acesso ao transporte coletivo e a educação superior (DI PIERRO, 2005).

Ainda são escassos estudos que apontem qual a efetividade de programas voltados ao exercício da cidadania e participação social dos jovens. Portanto a importância de pesquisar acerca da temática está em conhecer sobre os jovens e o seu entendimento sobre

direitos e deveres para convivência em sociedade, e a partir do conhecimento sobre o controle social pode-se colocar em prática o papel de um indivíduo atuante e preocupado com os rumos políticos e sociais do território onde está inserido. A finalidade deste estudo foi identificar qual a participação dos jovens escolares no controle social e cidadania a partir de vivências no projeto de extensão de um Centro Universitário no Interior do Agreste Pernambucano.

## **Métodos**

Uma das maneiras da universidade atuar junto aos jovens é via projeto de extensão. Aproveitando uma intervenção acadêmica, realizada por estudantes universitários, visando desenvolvimento recíproco e estabelecendo a troca de saberes, tendo como consequências a formação do conhecimento resultante do confronto com as realidades, a democratização do conhecimento e a participação efetiva de comunidades na atuação via a extensão, buscando respeitar o compromisso social da universidade. Assim a relação entre extensão e pesquisa acontece, principalmente, pelo papel que esta passa a desempenhar como produtora de conhecimentos, além de colaborar para a mudança da sociedade (BRÊTAS; PEREIRA, 2007). Com esse entendimento, foi realizado um estudo retrospectivo, com abordagem quantitativa. A coleta foi realizada através dos relatórios do Projeto de extensão: Informação do Centro Universitário Tabosa de Almeida. Os dados foram coletados dos arquivos que continham questionários utilizados nas ações do referido projeto. Sendo estes dados de agosto de 2015 a agosto de 2017. O projeto aborda semanalmente palestras e oficinas sobre o exercício da cidadania. Foram visitadas as principais escolas de referência estaduais do município de Caruaru-PE. O objetivo das abordagens estavam voltadas a estudantes jovens do ensino médio da rede pública, discutindo a necessidade de formação de indivíduos críticos, reflexivos e atuantes. As questões abordadas foram pontos relacionados a corrupção, lei de acesso à informação, controle social e participação popular, bem como a idade e gênero dos mesmos.

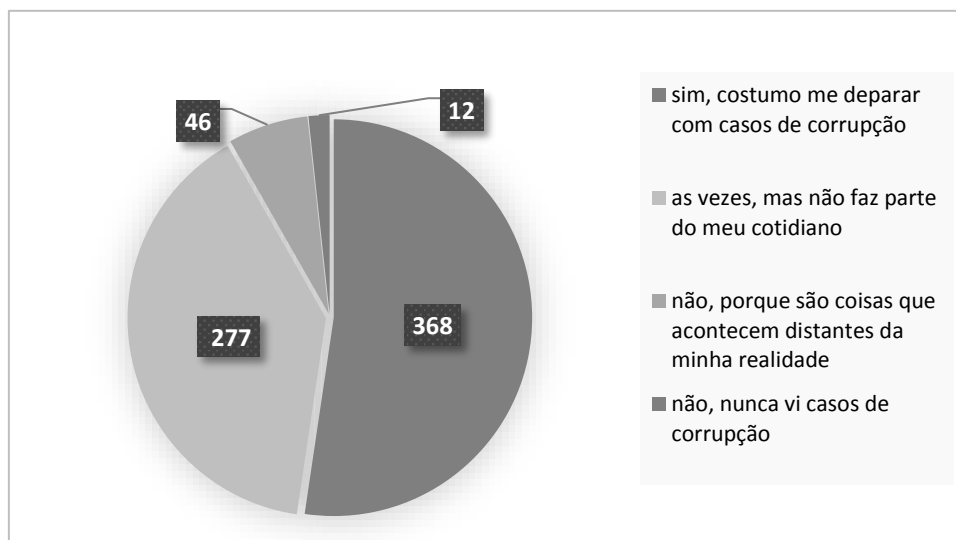
Observou-se desde características como idade e gênero, até questões relativas ao conhecimento sobre Lei de acesso a informação e como a corrupção e o controle social fazem parte do cotidiano dos estudantes. Os resultados foram consolidados em gráficos, para melhor compreensão e apresentação. O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA sob o protocolo n° 70081717.3.0000.5203.

## Resultados

No total de oito escolas estaduais de referência em ensino médio onde 703 estudantes foram envolvidos no período do estudo. Observou-se que a maioria é do gênero feminino, onde destes 394 (56%) eram do gênero feminino e 309 (44%) do gênero masculino. A idade média era de 14 a 18 anos. A faixa etária predominante foi de 16-17 anos 514 (73%), seguida por 14-15 anos 136 (19%) e 18 anos ou mais 53 (8%).

Quando questionados sobre a convivência com a corrupção em seu cotidiano, um total de 368 (52%) dos alunos responderam que costumam se deparar com casos de corrupção no seu dia-a-dia, seguido por 277 (39%) que afirmam as vezes se depararem com casos de corrupção, pois essa prática não faz parte de seu cotidiano (Figura 1).

Figura 1 - Pergunta realizada através do instrumento de entrevista: a corrupção faz parte do seu dia-a-dia?

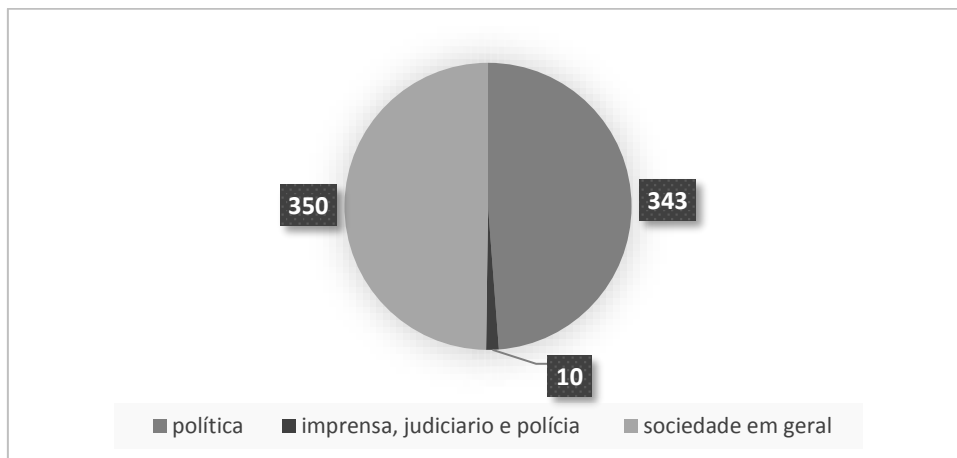


Fonte: relatórios do projeto de extensão.

Outra pergunta foi sobre onde eles se deparam com frequência com os casos de corrupção, 350 (50%) apontam a sociedade como a que apresenta mais casos de corrupção, seguido por 343 (49%) onde afirmam que a corrupção está mais presente na política e 10 (1%) indicam a imprensa, polícia e judiciário como outros meios onde a

corrupção está presente (Figura 2).

Figura 2 – Pergunta realizada através do instrumento de entrevista: onde a corrupção é encontrada com maior frequência?

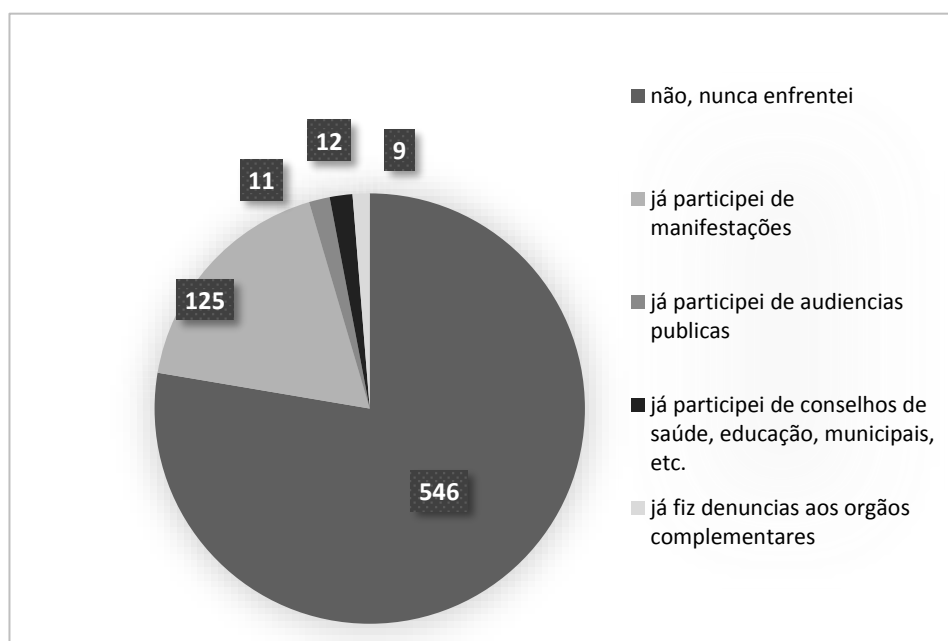


Fonte: relatórios do projeto de extensão

Em relação a quem seriam os responsáveis pelo combate à corrupção, 350 (50%) responderam que a sociedade em geral são os principais responsáveis pelo combate à corrupção.

Quanto ao enfrentamento da corrupção, 546 (78%) afirmam nunca terem enfrentado ou denunciado nenhuma forma de corrupção, seguido por 125 (18%) que já participaram de manifestações (Figura 3).

Figura 3 – Pergunta realizada através do instrumento de entrevista: como os jovens enfrentam a corrupção?



Fonte: relatórios do projeto de extensão.

Quando questionados sobre quem seriam os responsáveis pelo combate à

corrupção os jovens apontam o cidadão, 212 (30%) como os principais protagonistas. Os escolares apontam que eles já exerceram o combate a corrupção através de participação em manifestações, audiências públicas, conselhos (saúde, educação e assistência social), mas 542 (77%) dos estudantes afirmam nunca terem combatido a corrupção. Sobre a lei de acesso à informação, 548 (78%) responderam desconhecer, 519 (74%) não procuram informações que possam auxiliar no combate a corrupção, 330 (47%) desconhecem o que é participação popular e controle social, e 478 (68%) relataram que no ambiente escolar eles não discutem sobre como poderiam atuar no controle social (Tabela 1).

Tabela 1 – Perguntas do instrumento de pesquisa.

Pergunta	Respostas	N	%
<b>Quem pode combater a corrupção?</b>	Ministério público	19	3
	Polícia	28	4
	Cidadão	212	30
	Imprensa	19	3
	Todas as alternativas	425	60
<b>Como você já enfrentou a corrupção?</b>	Nunca enfrentei	542	77
	Manifestações	129	18
	Audiências públicas	11	2
	Conselhos (saúde, educação, assistência social)	12	2
	Denuncia aos órgãos	9	1
<b>Você conhece a lei de acesso a informação?</b>	Sim	155	22
	Não	548	78
<b>Você procura se informar sobre como combater a corrupção?</b>	Sim	184	26
	Não	519	74
<b>Você sabe o que é participação popular e controle social?</b>	Sim	330	47
	Não	373	53
<b>Durante sua formação escolar você aprendeu algo sobre participação popular e controle social?</b>	Sim	225	32
	Não	478	68

Fonte: relatórios do projeto de extensão.

## Discussão

A despeito de desequilíbrios históricos de acesso a educação e de justiça social, em pesquisa realizada por Osti et al. (2014), observa-se que o gênero feminino é responsável por ocupar a maioria das vagas no ensino médio (68,3%). Na atual pesquisa o fato se repetiu, mesmo que em percentual um pouco menor, mas as jovens fazem parte do maior grupo que respondeu a pesquisa. Conforme citado acima a maior faixa etária do estudo foi entre 16 ou 17 anos, isso mostra o crescimento da população jovens nas escolas.

Nos casos de corrupção de acordo com Ribeiro (2000) a mesma se mostra presente na democracia avançada e consolidadas, do ponto de vista da participação

social. A pesquisa trouxe que os jovens percebem a malversações como um fato cotidiano, assim no estudo pôde ser observado que 368 (52%) dos pesquisados se deparam com a corrupção no seu dia-a-dia.

Gruman (2012) aponta a necessidade de um maior conhecimento sobre a lei de acesso a informação e que isso é primordial para que além da transparência governamental, haja também uma melhoria nos resultados das políticas públicas, pois, segundo o autor, apesar de não garantir a eficácia da máquina pública, sua ausência facilita o mau uso de recursos. Entretanto, o presente estudo demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma maior difusão da lei de acesso à informação e que a escola deve fomentar debates referentes ao protagonismo do jovem enquanto cidadão e corresponsável por uma sociedade mais ética, afinal, esse é um dos papéis principais da escola (PEREIRA, SILVA, 2008).

Sabe-se que no Brasil ainda há uma dificuldade de envolvimento da população na participação na fiscalização da execução das ações públicas. A mídia apresenta casos sucessivos de escândalos e malversações dos recursos públicos. Contudo, a maioria da população não se envolve na rediscussão de novos caminhos e alternativas para que haja uma maior regulação social sobre a destinação de recursos e os impactos provocados pela ação pública sobre os indicadores sociais e sobre a qualidade de vida da população.

O presente estudo demonstra que os jovens identificam que a corrupção faz parte do cotidiano e que está disseminada na política e na sociedade em geral, entretanto, não participam do controle social. Segundo Filgueiras (2011) a democratização do Estado demanda o aprofundamento da accountability. Trata-se de um conceito que entrou para o léxico da teoria política contemporânea e se tornou um princípio fundamental do ordenamento democrático, está relacionado a transparência, e a (co)responsabilização social. Com isso, percebe-se que o jovem tem até uma compreensão do problema, entretanto não se identifica enquanto responsável solidário na resolução. Afinal O accountability passa a figurar como sendo um dos princípios para que possa ser exercida a cidadania.

Verificou-se que a política tem o segundo maior índice entre o tema corrupção, achados semelhantes foram observados por POWER (2003), mostrando que, devido aos fatores culturais e históricos, quase coercitivamente a sociedade é deparada com uma relação entre a cultura política e a corrupção. A reversão desse fenômeno se daria com a participação social mais efetiva.

Poder é a capacidade de produzir efeitos significativos, especificamente pela



promoção dos interesses do próprio agente ou por afetar os interesses dos outros, seja positiva ou negativamente. Os valores de algumas coisas, pessoas ou grupos, estão intimamente ligados à visão das pessoas sobre os seus próprios interesses. Interesses são difíceis de definir, mas aproximadamente podem significar uma participação em algo que é importante para o interesse do ator por causa do benefício ou dano que pode fazer para a pessoa ou para o grupo social ao qual ele pertence (WILLIANSO, 2008).

A participação social pleiteia a mobilização coletiva, pensando na junção das pessoas com uma visão ampla juntamente com a população (ARAÚJO; GALIMBERTTI, 2016). Os achados da atual pesquisa demonstram que os jovens compreendem que o combate a corrupção é papel da sociedade em geral, entretanto não participam efetivamente dos cenários legitimados de controle social.

Apesar do reconhecimento que atualmente há um engajamento cívico dos jovens na resolução de problemáticas encontradas em diversos cenários, que podem estar relacionadas tanto as causas políticas locais como protestos relacionados as questões globais (MENDONÇA, 2015). Os jovens do atual estudo reconhecem os espaços como audiências públicas, conselhos ou movimentos de rua como legítimos para o combate a corrupção e construção de políticas, mas não se aproximam do controle social e acabam por não se envolverem diretamente em movimentos que protagonizam mudança na estrutura de poder e de tomada de decisão na construção de políticas públicas.

## **Conclusão**

Em que pese os conceitos contemporâneos de como deve ser realizado o controle social, cabe ao Estado ou mesmo a sociedade se organizar para a construção de um novo olhar sobre a participação social, na elaboração, fiscalização e conhecimento sobre os impactos das ações governamentais sobre a sociedade, o presente estudo descortina a necessidade de uma discussão mais ampla e próxima aos jovens, utilizando a escola como catalizadora do engajamento dos estudantes com o controle social.

Os resultados nos mostram quão debilitado é o conhecimento sobre os meios de combate à corrupção e a deficiência na formação dos jovens quando se trata de assuntos relacionados a participação popular, controle social e corrupção.

Com atual conjuntura política vivida no país, fica nítida a importância do empoderamento da população e o espaço mais democrático para essa construção de conhecimento sobre essa didática em particular a escola.

Com a modernidade e acesso cada vez mais rápido a todos os tipos de informação, há uma clara necessidade da rediscussão de um novo papel do estado, onde a população participa, sobretudo os jovens, de maneira mais efetiva da discussão de processos políticos, a Lei de Acesso à informação e a agilidade da internet favorecem um maior acesso à dados e indicadores que apoiam o acompanhamento do papel do poder público e quais os resultados concretos sobre a saúde da população.

## **REFERÊNCIAS**

ANGÉLICO, Fabiano. Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil. Dissertação (CMAPG) - **Escola de Administração de Empresas de São Paulo**. p.133, São Paulo, 2012.

ARAÚJO LIMA, Fabiana; GALIMBERTTI, Percy Antonio. Sentidos da participação social na saúde para lideranças comunitárias e profissionais da Estratégia Saúde da Família do território de Vila União, em Sobral-CE. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p 157-175, 2016.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social na saúde. **Serviço social e saúde. Cortez**, São Paulo, p. 111-140, 2006.

DIPIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.

GRUMAN, Marcelo. Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. **Revista debates**, v. 6, n. 3, p. 97, 2012.

MENDONÇA, Carla. Juventude, engajamento e participação e os padrões culturais da sociedade em rede. **Revista SURES**, Vale do Rio dos Sinos, n. 6, p. 162-175, 2015.

OSTI, Andréia et al. Desempenho escolar: análise comparativa em função do sexo e percepção dos estudantes. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 1, p.49-59, São Paulo, 2014.

PEREIRA, Eliana Alves; DA SILVA, Elói Lopes. Educação, Ética e Cidadania: a contribuição da atual instituição escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 2, n. 1, p.26-32, São Carlos- SP, 2008.

RIBEIRO, R.J. A sociedade contra o social no alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo, **Companhia das Letras**, 2000.

WILLIAMSON, C. Alford's theoretical political framework and its application to interests in health care now. **British Journal of General Practice**, London, n. 5, p.512-516, 2008.